TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano IV – nº 30 – Março de 2004

Poder Legislativo em defesa do consumidor



TUCA SIQUEIRA

A Alepe se preocupa com os direitos do consumidor. Tanto que, no ano passado, 20 projetos relacionados ao tema foram apresentados. Entre os que viraram lei, está o que garante a divulgação, em destaque, da data de validade dos produtos em promoção nos supermercados.

Páginas 4 e 5

A eficiência dos servidores especiais

Ocupando cargos em vários setores da Casa, funcionários portadores de necessidades especiais encaram o trabalho com máxima eficiência. Entre eles, o operador de som Alcidézio Ramos.

Página 6

MOISÉS BARBOSA



Alepe aprova emenda que garante reeleição

Com a aprovação em Plenário da PEC nº 09/03, a Alepe se iguala a 22 casas legislativas do País, onde os integrantes da Mesa Diretora podem se reeleger numa mesma legislatura. Matéria segue para redação final.

Página 3

FERNANDO SILVA



EDITORIAL

PROTEÇÃO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Desde 1990, os cidadãos brasileiros contam com um poderoso instrumento de proteção nas relações de consumo: o Código de Defesa do Consumidor. Trata-se de uma grande conquista, que, graças à atuação do Estado e da sociedade civil, vem sendo amplamente difundida, em todos os níveis sociais.

Com a implementação do Código, consumidores e fornecedores começaram a tomar conhecimento das regras jurídicas que disciplinam essas relações.

Assim, o Código de Defesa do Consumidor significa um verdadeiro convite à sociedade civil para que se organize na proteção e defesa dos seus direitos. E ele vem cumprindo esse papel, uma vez que, gradativamente, verifica-se o surgimento de novas entidades de proteção do consumidor, em nível nacional, estadual e municipal.

Entre essas entidades, é importante ressaltar a proliferação e consolidação das Procuradorias de Defesa do Consumidor (Procons) estaduais e municipais.

A Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) também vem se preocupando com a questão. Basta observar que, no ano passado, foram apresentados 20 projetos sobre o tema. Desses, cinco já foram transformados em lei.

A população pernambucana já pode contar, por exemplo, com leis para regulamentar as atividades relativas ao sistema estadual de abastecimento de combustíveis; fiscalizar as cobranças irregulares nas contas de telefonia fixa; e obrigar supermercados e estabelecimentos afins a divulgar, com destaque, a data de vencimento dos produtos em promoção.

A Assembléia Legislativa tem defendido o consumidor com o objetivo de garantir cidadania para os pernambucanos e estar ainda mais próxima deles.

ARTIGO

A CRIAÇÃO ARTÍSTICA COMO RESGATE DA CIDADANIA

Ana Cavalcanti (*)

A criação artística representa um canal de expressão dos indivíduos. Através das diversas manifestações culturais, o homem afirma a sua identidade e dá um novo sentido às suas relações com os outros, no meio onde vive.

Percebendo a importância da expressão artística como uma necessidade intrínseca do ser humano, a Terapia Ocupacional (TO) vem utilizando diversas manifestações de arte como forma de tratamento de doenças mentais e físicas. Dessa forma, a TO procura maximizar as potencialidades humanas para a reabilitação e a reinserção dos indivíduos na sociedade.

ROBERTO SOARES



Exemplificando algumas formas de aplicação da arte como terapia, podemos falar da utilização do trabalho com argila em pacientes submetidos à cirurgia da mão: além do seu efeito cicatrizante, ela desenvolve a criatividade e estimula a função manual.

As diversas formas de expressão da arte, como dança, música, literatura, pintura, desenho, escultura e teatro, são instrumentos indutores no tratamento de doenças psicossomáticas, deficiências sensoriais (surdos e cegos), queimaduras, seqüelas de derrames, pacientes mastectomizadas (submetidas à cirurgia de retirada da mama). Esses elementos culturais estimulam a mobilidade, a sensibilidade, a percepção, a liberação de emoções e propiciam o resgate da auto-imagem.

O teatro, por exemplo, é amplamente utilizado como um canal facilitador da catarse emocional (exteriorização de sentimentos) em pessoas vítimas de violência sexual, auxiliando na recuperação da sua auto-estima.

Pessoas com permanência prolongada em hospitais, manicômios, presídios, asilos, clínicas de recuperação de drogados tendem a perder as noções de tempo e de espaço. Para minimizar os efeitos dessa perda, é importante a comemoração de festas de época nesses ambientes, como Carnaval, Páscoa, São João, Natal, dada a diversidade de riquezas culturais e de tradições do nosso Estado.

A cultura, com todo o seu potencial terapêutico, também tem que ser vista como política de saúde preventiva, uma vez que contribui para a saúde mental dos indivíduos. O Estado deve viabilizar formas de ampliar o acesso da população aos bens culturais, incentivando a realização de eventos populares, financeiramente acessíveis a todas as classes sociais, além da criação de políticas educativas de base, para a divulgação das diversas manifestações artísticas nos mais amplos espaços, como escolas, organizações e comunidades.

Conforme aponta o terapeuta ocupacional Gonzaga Leal, que também é músico e professor da Universidade Federal de Pernambuco, "fomentar a cultura é amparar o ser humano". Ainda mais quando se leva em conta que o homem contemporâneo vivencia situações cotidianas de estresse, insegurança, inquietação, desencontros, desassossegos e conflitos, provenientes de uma vida agitada, artificial, muito materializada e, às vezes, desumana e que comprometem a sua saúde - tanto no aspecto físico, como no psíquico - gerando, inclusive, bloqueios em sua capacidade expressiva e comunicativa.

Portanto, a valorização da nossa riqueza cultural é uma necessidade coletiva, que proporciona o resgate da subjetividade, da vitalidade, da qualidade de vida e, conseqüentemente, da cidadania.

(*) Ana Cavalcanti é deputada, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Fernando Lupa; **2º Vice-Presidente**, Deputado José Aglailson Júnior; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Bruno Rodrigues; **3º Secretário**, Deputado Nelson Pereira; **4ª Secretária**, Deputada Ceça Ribeiro. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Cláudia Lucena; **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Fellipe Marques e Renata Castro. **Revisão:** Cláudia Lucena e Andréa Tavares. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

CARNAVAL

SAFFIRA HOMENAGEIA MESA DIRETORA

FERNANDO SILVA



A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Pernambuco recebeu homenagem da Agência Bandepe instalada na Casa e da embaixadora do frevo, Saffira Reis (foto). A menina entregou ao presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), e ao primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), a escultura-símbolo do Carnaval do Estado, o passista do frevo. Os parlamentares se sentiram honrados. A gerente da agência, Rizonete Presbytero, destacou que a ação foi motivada pelo trabalho de valorização cultural promovido pela Mesa Diretora. O diretor-geral da Alepe, Luiz Carlos Matos, também recebeu a escultura.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Reeleição da Mesa Diretora é aprovada

Os parlamentares que integram a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Pernambuco poderão, a partir deste ano, ser reeleitos para novos mandatos. Isso será possível graças à aprovação, em Plenário, nos últimos dias 3 e 4, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 09/03, de autoria do deputado Ettore Labanca (PTB). Durante a votação em primeira discussão, a matéria recebeu voto favorável de 35 dos 49 parlamentares da Casa. Em segunda, 32 deputados posicionaram-se a favor.

A PEC permite a recondução de integrantes da Mesa Diretora para qualquer um dos cargos e não limita o número de vezes que um parlamentar pode ocupá-los. A matéria determina, ainda, a mudança do período previsto para a eleição do colegiado, no segundo biênio de cada legislatura, com a eleição deixando de ocorrer a partir de 1º de fevereiro, para ser realizada entre os dias 1º de dezembro e 1º de fevereiro.

Apesar de ter recebido duas emendas, uma modificativa e uma aditiva, ambas de autoria do deputado Antônio Moraes (PSDB), a proposta foi aprovada sem alterações. A Emenda Modificativa nº 01 foi rejeitada, e a Aditiva nº 02 foi retirada da pauta por solicitação do autor.

Uma das propostas de alteração da PEC previa a permanência do período preparatório para a eleição da Mesa, a partir de 1º de fevereiro e, também, a proibição do exercício de mais de dois mandatos consecutivos para cargos no colegiado, mesmo que em legislaturas diferentes. Já a outra sugestão estabelecia regras de transição entre o atual e o novo regime de eleição, prevendo a aplicação das proibições definidas na outra emenda somente a partir do ano 2007.

Para o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), o resultado da votação reflete o sentimento da Casa. "O que foi aprovado representa o desejo da maioria dos parlamentares que integram o Poder Legislativo de Pernambuco. Nós estamos implementando na Casa de Joaquim Nabuco uma regra que já havia sido implantada em 22 das Casas Legislativas de todo o País", avaliou.

FERNANDO SILVA



Depois de ter sido aprovado por unanimidade na Comissão de Justiça, o projeto, de autoria do deputado da Oposição Ettore Labanca, passou em Plenário

LEGISLAÇÃO

ASSEMBLÉIA GARANTE DIREITO DO CONSUMIDOR

Sempre atenta às necessidades da população, a Assembléia Legislativa vem elaborando leis para garantir a defesa dos direitos do consumidor. Diversos temas que provocaram polêmica ou grandes discussões, no ano passado, como a questão da adulteração de combustíveis, chegaram à Casa de Joaquim Nabuco, que aprovou matérias visando à proteção dos pernambucanos.

Essa preocupação com as relações de consumo marcou os trabalhos da Alepe, em 2003. Foram apresentados 20 projetos relacionados ao tema, cinco deles terminaram sendo aprovados e já viraram lei. Outras 13 proposições estão em tramitação.

Uma das iniciativas tomadas pela Assembléia, durante esse período, foi a regulamentação das atividades relativas à fiscalização do sistema de abastecimento estadual de combustíveis. A Lei nº 12.462, cujo projeto original foi de autoria do deputado Augusto Coutinho (PFL), estabelece multas e o cancelamento dos registros dos postos de combustíveis que venderem produtos adulterados ou participarem de cartéis.

A fiscalização deverá ser feita pela Secretaria da Fazenda, através de convênio com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). A intenção, segundo Coutinho, "é garantir o direito do consumidor de adquirir produtos de boa qualidade". "Durante a CPI que investigou a sonegação de impostos no setor, ocorrida no ano de 2000, identificamos que não havia legislação estadual sobre o assunto, o que dificultava a fiscalização", complementou.

Os parlamentares também aprovaram matérias objetivando coibir abusos cometidos por empresas de telefonia e por supermercados, nos casos de venda de produtos em promoção. Com a implementação da Lei nº12.499, promulgada em dezembro de 2003, a população ganhou mais um instrumento para se proteger das cobranças irregulares nas contas de telefonia fixa. A ação proíbe a cobrança de ligações realizadas e não contabilizadas há mais de 30 dias. Segundo o autor, deputado Izaías Régis (PTB), "a medida evita que as empresas exijam o pagamento de ligações feitas meses antes, resultando num aumento significativo da conta mensal".

Já a Lei nº 12.512, também de dezembro e de autoria de Régis, garante ao consumidor a divulgação, com destaque igual ao dos preços, da data de validade dos produtos em promoção nos supermercados. A matéria, que entra em vigor este mês, "tem o objetivo de garantir ao consumidor informações claras, corretas e precisas sobre os produtos que estão comprando".

Os serviços públicos também foram alvo de uma lei para garantir à população um atendimento de qualidade. A Lei nº 12.452, de novembro de 2003, estabelece normas básicas de proteção e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pelo Estado. A matéria é de autoria do deputado Betinho Gomes (PPS).

Os parlamentares também se preocuparam com as formas de fiscalização e as punições para as instituições que descumprirem as leis, com a inclusão de ações de inspeção e medidas disciplinares para os infratores.

PROJETOS - Outras propostas relacionadas à defesa e proteção do consumidor estão em tramitação. Uma delas trata de atender a uma das principais reivindicações dos usuários de telefonia fixa, que é o detalhamento das ligações cobradas pelas operadoras, questão sempre relacionada como alvo do maior número de queixas nos Procons do País. O Projeto de Lei nº 399/03, que institui esse detalhamento, já foi aprovado pelas Comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Defesa da Cidadania e, em breve, deve seguir para a apreciação em Plenário.

FERNANDO SILVA



População pernambucana ganhou com a regulamentação do sistema de abastecimento de combustíveis

CARLOS OLIVEIRA



Projeto disciplinou tempo de permanência em filas de agências bancárias

CARLOS OLIVEIRA



Cobranças irregulares nas contas de telefonia fixa também foram alvo de ação

PROCON FISCALIZA BANCOS

Aprovada pela Assembléia Legislativa, no final de 2002, a lei disciplinando o tempo de permanência dos usuários nas filas das agências bancárias, de autoria do deputado José Queiroz (PDT), permitiu que o Procon Estadual realizasse, no mês passado, uma fiscalização em 51 agências do Grande Recife. O trabalho resultou na autuação de oito delas, que poderão pagar multa de R$ 300 mil a R$ 3 milhões.

A proposta apresentada pelo líder do PDT na Casa determina que, em dias normais, o consumidor aguarde, no máximo, 15 minutos para ser atendido pelo caixa. Já nas datas anteriores ou posteriores a feriados, de vencimentos de tributos ou de pagamento a servidores públicos, a tolerância é de meia hora.

"Projetos como esse são de grande importância, pois, embora o Código de Defesa do Consumidor exista há 14 anos, são as legislações municipais e estaduais que fortalecem o direito da população e adaptam as leis à realidade regional", avalia o diretor do Procon Estadual, Israel Guerra.

Em dias normais, usuários devem aguardar, no máximo, 15 minutos para serem atendidos pelos caixas

As dificuldades para o cumprimento da legislação são, segundo Guerra, o desconhecimento da sociedade e a falta de recursos do Procon. "No entanto, é fundamental divulgarmos essas ações para que todos exijam o cumprimento dos seus direitos", observa.

O deputado José Queiroz destaca que, "quando o Poder Legislativo aprova matérias como essa, o faz visando beneficiar a sociedade".

"Cabe aos executores garantir a eficiência da aplicação das leis. Ficamos felizes por encontrar no Procon a sintonia com o sofrimento do povo, diante das instituições mais lucrativas do País (os bancos)", salienta.

O parlamentar sugere que o Procon selecione as leis relativas ao direito do consumidor aprovadas nos últimos cinco anos e cobre o que elas determinam.

SERVIÇO: Denúncias ao Procon podem ser feitas, gratuitamente, pelo número 0800.2821512.

LEIS APROVADAS EM 2003

Lei nº 12.400 - *Trata da substituição e destinação de medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias.*	***Autor -*** *Dep. Sérgio Leite*
Lei nº 12.452 - *Dispõe sobre a proteção e defesa dos usuários dos serviços públicos prestados pelo Estado de Pernambuco.*	***Autor -*** *Dep. Betinho Gomes*
Lei nº 12.462 - *Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento de combustíveis e estabelece sanções administrativas.*	***Autor -*** *Dep. Augusto Coutinho*
Lei nº 12.499 - *Proíbe a cobrança de ligações realizadas e não cobradas há mais de 30 dias nas contas telefônicas.*	***Autor -*** *Dep. Izaías Régis*
Lei nº 12.512 - *Obriga supermercados e estabelecimentos afins a divulgar com destaque a data de vencimento dos produtos em promoção.*	***Autor -*** *Dep. Izaías Régis*

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 175 - Obriga a instalação de equipamentos de informática adequados ao uso de pessoas com deficiência de locomoção, acesso ou comunicação, nos postos e agências bancárias.	***Autor -*** *Dep. João Fernando Coutinho*
Projeto de Lei Ordinária nº 397 - Dispõe sobre a taxa de estacionamento cobrada por shopping centers e hipermercados no Estado.	***Autora -*** *Dep. Ana Rodovalho*
Projeto de Lei Ordinária nº 399 - Torna obrigatório o detalhamento dos pulsos cobrados nas contas de telefonia fixa.	***Autor -*** *Dep. Sérgio Leite*
Projeto de Lei Ordinária nº 490 - Proíbe a cobrança de consumação mínima em bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres.	***Autor -*** *Dep. Izaías Régis*
Projeto de Lei Ordinária nº 132 - Trata da obrigatoriedade, por parte de supermercados e fornecedores, da prestação de informações sobre mudanças na qualidade, quantidade ou peso de produtos.	***Autor -*** *Dep. Bruno Rodrigues*

DEFICIÊNCIA FÍSICA

COMPROMISSO É A MARCA DOS SERVIDORES ESPECIAIS

Nomeados e empossados para o quadro de funcionários, desde a realização do concurso público promovido em 1998, os servidores da Alepe portadores de deficiência física vêm contribuindo significativamente para a melhoria dos trabalhos desenvolvidos pelo Poder Legislativo. Ocupando cargos nos setores de Comunicação Social, Taquigrafia, Segurança, Assistência Administrativa, entre outros, eles trazem a característica comum de encarar as responsabilidades com máxima disposição e comprometimento.

Alcidézio Ramos de Almeida, que ficou paraplégico após sofrer acidente com arma de fogo, está a serviço do Departamento de Comunicação Social, na função de operador de som. "Trabalhava em casa, como técnico de eletrônica. Já fui convidado a integrar a equipe de uma empresa no ramo, porém com a condição de receber um salário menor que o dos demais empregados", confessou, afirmando que "o preconceito ainda existe, ainda que em menor escala".

Funcionários vêm contribuindo significativamente para a melhoria dos trabalhos do Poder Legislativo

Atuando como assessora da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Alepe, Maria Joseane Lopes foi vítima de um problema de escoliose, que retardou o seu crescimento. A sua experiência em admissão por concursos públicos não é pequena. "Através desse processo, já fui funcionária da Compesa e da Prefeitura do Recife", ressaltou, declarando que, atualmente, cursa Administração de Empresas, na Fafire. "O maior preconceito não está nos outros, mas em nós mesmos. Precisamos lutar pelos nossos objetivos", concluiu.

Os termos que regulamentam a reserva de, pelo menos, 5% das vagas para os portadores de deficiência nos editais de concursos públicos foram estabelecidos pelas Leis de n° 7.853/89 e 8.112/90, da Constituição Federal. Dados da Organização das Nações Unidas apontam que esse universo de pessoas abrange 10% da população mundial. A legislação nacional ainda garante, ao deficiente, emprego na iniciativa privada, acesso ao ensino regular, e proíbe qualquer discriminação relativa a salários e critérios de admissão.

MOISÉS BARBOSA



Alcidézio, operador de som do Departamento de Comunicação Social, vê diminuição de preconceito

MOISÉS BARBOSA



Maria Joseane, assessora da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática, já passou em três concursos públicos e cursa Administração de Empresas

ISO 9001/2000

PROGRAMA DA QUALIDADE INICIA TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS

Após receber a certificação ISO 9001/2000, em dezembro do ano passado, a Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe) inicia 2004 com um treinamento intensivo dos servidores. O trabalho é desenvolvido pelo Núcleo da Qualidade da Casa, responsável pelo gerenciamento das atividades da ISO, que representa a conquista de padrões de qualidade internacionais na prestação de serviços. A Alepe é a primeira do País a conseguir o resultado.

Todos os funcionários que fazem parte do escopo da qualidade, representado pela Diretoria Geral, Departamentos de Patrimônio, de Assistência Administrativa, de Pessoal, entre outros, participam do treinamento, este mês. A meta é que os servidores absorvam a idéia de melhoria contínua, resumida pela sigla em inglês PDCA, representando as palavras de ordem *planejar, fazer, checar e avaliar*. "Seguramente, vamos possibilitar uma melhora nos serviços prestados", avaliou a consultora e coordenadora do Programa da Qualidade, Fátima Resende.

Os serviços executados pela Alepe são avaliados por meio de 32 indicadores criados para facilitar a análise. Entre eles, diminuir o tempo de atendimento das solicitações, limitar o número de reclamações e atender a 100% das solicitações. "Esses indicadores representam as metas de cada setor, e o seu desempenho deve ser acompanhado", completou.

De acordo com a consultora, o setor público não está acostumado a medir a qualidade, ação antes restrita às empresas privadas. "Com a implementação do Programa da Qualidade, a Assembléia passará por uma organização e evolução permanente", avaliou.

MOISÉS BARBOSA



Núcleo responsável pelo gerenciamento das atividades trabalha para manter a certificação ISO

Os servidores também participarão de um ciclo de auditoria interna para medir o nível de adequação aos requisitos da ISO 9001/2000. A auditoria, com duração de uma semana, terá início logo após o ciclo de treinamento. Depois de concluída, serão tomadas as medidas para a correção dos desvios encontrados.

PERSONAGEM DA ALEPE

MARGARET SAI DA ROTINA FAZENDO TRILHAS

A coordenadora administrativa da Escola do Legislativo, Margaret Guerra Barbosa, tem como hobby viajar pelo mundo, fazendo trilhas ecológicas. Recentemente, esteve em Santiago de Compostela, na Espanha, mas suas paisagens preferidas são as do Interior do Estado, como Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus e Bonito, no Agreste. "Passei dois dias em cada cidade e percorri o equivalente a 60 quilômetros. Estar em contato com a natureza faz muito bem à saúde mental e alivia as tensões acumuladas no dia-a-dia", declara.

Além de viajar, Margaret gosta de ir ao cinema, principalmente, para prestigiar os filmes nacionais, e ler sobre os mais variados assuntos. "Adoro sair com meus colegas de trabalho. É importante ter um contato mais próximo para conhecê-los melhor, pois isso proporciona mais interação", disse.

Margaret desempenha, na Escola do Legislativo, a função de planejar custos, acompanhar o orçamento, solicitar compras de materiais e prestar assessoria financeira à instituição. Ela ingressou na Alepe em 1986, no setor de manutenção predial, onde passou dois anos. Também trabalhou no Departamento de Informática, como assessora-técnica legislativa, e foi promovida à chefia de divisão, onde desenvolveu o primeiro planejamento de rede na área de informática, junto com técnicos da Empresa de Fomento de Informática do Estado de Pernambuco (Fisepe).

Margaret é especializada em Gestão da Informação, pela Universidade Federal de Pernambuco, mas pretende fazer, no próximo ano, mestrado na área, ou em Gestão Organizacional. "Desejo me capacitar na área de Gestão de Qualidade para prestar um serviço ainda mais qualificado ao público", afirmou.

DIVULGAÇÃO



Servidora percorreu o caminho de Santiago de Compostela, na Espanha

FOLIA

FOTOS: FERNANDO SILVA



Cantando tradicionais marchinhas de Carnaval, o Bloco Eu Quero Mais empolgou o público que compareceu ao Plenário da Casa Joaquim Nabuco

SEGUNDA CULTURAL EM RITMO DE FREVO

Ao som do mais autêntico frevo-de-bloco, o Projeto Segunda Cultural, da Assembléia Legislativa, homenageou, no dia 16 de fevereiro, os compositores Capiba e Edgard Moraes e promoveu o lançamento do filme *Os Irmãos Valença*, do cineasta Fernando Spencer, e do vídeo *Capiba e Edgard Moraes: Um Século de Música e Lirismo*, produzido pelo Departamento de Comunicação Social da Alepe.

O evento foi aberto com a apresentação do vídeo, que tem 18 minutos e traz vários depoimentos de personagens importantes da cultura pernambucana, como os cantores e compositores Lenine, Alceu Valença e Antônio Carlos Nóbrega.

Em seguida, foi a vez de o Coral Edgard Moraes animar o público que compareceu ao Plenário. O grupo, formado pelas filhas e netas de Moraes, cantou consagrados frevos-de-bloco, entre eles, *Valores do Passado*.

A Segunda Cultural prosseguiu com o lançamento do documentário de Fernando Spencer. O cineasta conta a luta de João e Raul Valença para terem seus nomes divulgados na autoria da música *O Teu Cabelo Não Nega*, que ficou conhecida internacionalmente. O filme foi recuperado pela Assembléia.

O espetáculo, que encerrou com o frevo do Bloco Lírico-Carnavalesco Eu Quero Mais, contou com a presença de parlamentares, parentes e amigos da família de Edgard Moraes, de integrantes do Bloco da Saudade e do cantor Claudionor Germano.

A Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Alepe e acontece desde fevereiro de 2003. O evento é aberto ao público.



Pela segunda vez, integrantes do Coral Edgard Moraes participaram do evento